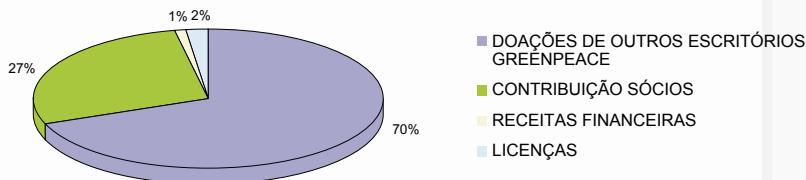


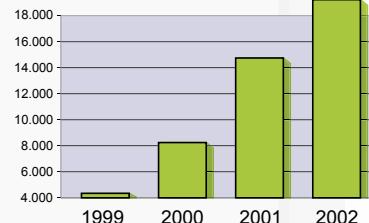
# Financiamento

Em 2002, o número de pessoas que apóiam o Greenpeace cresceu 31%, refletindo a ascensão do reconhecimento da população brasileira com relação aos trabalhos de conservação ambiental realizados pela entidade.

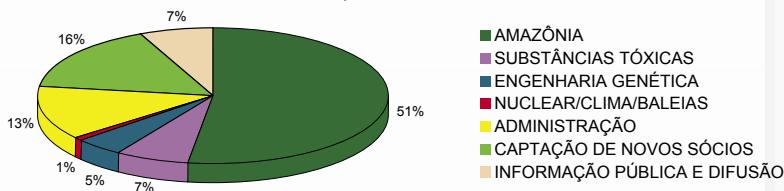
## Total de Receitas R\$ 5.730.445



## Evolução do Número de Sócios



## Total de Despesas R\$ 5.453.231



## Receitas de Sócios em R\$



Os dados, auditados pela empresa Rovai, Guisado, Tesseroli & Associados, constam de nosso balanço anual. A versão digital do relatório está disponível na página do Greenpeace na internet ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)), para todas as pessoas que queiram consultá-lo.

## PARCERIAS

Para a publicação do primeiro calendário do Greenpeace Brasil, a organização teve o apoio de um dos maiores fotógrafos de natureza do país, Araquém Alcântara, além de seis empresas: Ação, Digital Image, Ipsis, Reciclato Suzano, Young & Rubicam e Espaço Greenpeace.

## PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS

Em 2002, a participação dos sócios e voluntários foi muito importante para a realização de diversas atividades da organização. Em janeiro, durante o 2º Fórum Social Mundial, o apoio de filiados e do grupo local de voluntários em Porto Alegre permitiu ao Greenpeace divulgar ativamente suas mensagens, e engajar o público de forma mais eficiente em suas campanhas. Durante a Semana do Meio Ambiente, em junho, sócios de diversas cidades do Brasil participaram do lançamento do Guia do Consumidor, com a lista de produtos com ou sem transgênicos. Foram organizados eventos em São Paulo, Santos, Porto Alegre, Salvador, Manaus, Belo Horizonte, Recife, Brasília e Rio de Janeiro.



# GREENPEACE

(11) 3035-1151 • Fax (11) 3817-4600

Rua Alvarenga, 2331

05509-006 • São Paulo • SP

[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)



# GREENPEACE



**Relatório  
Anual**



**2002**



# Greenpeace 2002

## Relatório Anual

Prezado(a) sócio(a),

O ano 2002 foi muito importante para o cenário político brasileiro. A eleição do presidente Lula foi, sem dúvida, um marco na história do país. A escolha de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente também gerou uma expectativa positiva grande no movimento ambientalista brasileiro.

As várias conquistas políticas do Greenpeace Brasil no período igualmente conferem importância a 2002. O mogno foi incluído no Anexo II da Cites, o que contribui para a proteção da espécie, enquanto grandes indústrias decidiram garantir produtos livres de transgênicos ao consumidor. O número de sócios, por sua vez, seguiu a reta de crescimento que vinha percorrendo, o que possibilita a consolidação do nosso trabalho.

No âmbito internacional, o 2º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, mostrou ao mundo que veio para ficar. O Greenpeace realizou várias atividades durante o evento, como seminários e protestos contra as mudanças climáticas e os produtos transgênicos. O diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Gerd Leipold, participou de algumas das atividades.

Já a Rio+10 (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável) foi uma grande decepção. Mal se conseguiu manter as conquistas alcançadas com a Eco-92, no Rio de Janeiro (RJ), com relação à Agenda 21, o que demonstra mais uma vez que os governantes do mundo desenvolvido não compreendem a necessidade urgente de se corrigir o modelo de desenvolvimento atual.

Os dois únicos pontos positivos do encontro de Joanesburgo (África do Sul) foram a proposta do governo brasileiro de se fixar uma meta para a utilização de fontes de energias renováveis, e a sinalização da necessidade de criação de um instrumento internacional de responsabilidade corporativa.

Assim, gostaria de agradecer pelo suporte que você tem dado ao Greenpeace, garantindo que possamos seguir o nosso trabalho, conquistando bons resultados em prol do meio ambiente — para nós e para as gerações futuras.

Muito obrigado por seu apoio,

Greenpeace / A. Kishimoto



A handwritten signature in green ink that reads 'F. Guggenheim'.

Frank Guggenheim  
Diretor-Executivo  
Greenpeace Brasil

# Amazônia

Em 2002, a Campanha da Amazônia atuou principalmente em defesa do mogno e de outras espécies de madeira extraídas de forma ilegal na floresta. A campanha continuou batalhando por um novo modelo de desenvolvimento que alie conservação ambiental e melhora da qualidade de vida das 20 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, e fechou o ano com gostinho de vitória.

## MOGNO

Em maio, o Greenpeace promoveu em Belém (PA) o workshop “Mogno Ilegal Nunca Mais”, que teve a participação de pesquisadores, autoridades ambientais, representantes de ONGs e empresários. O objetivo do encontro foi debater a situação do mogno, a ecologia da espécie e as soluções necessárias para que a exploração pudesse ser retomada de forma ecologicamente responsável, socialmente adequada e economicamente viável. O documento resultante do encontro sintetizou as recomendações dos participantes e foi encaminhado ao governo federal. No dia 13 de junho, o Greenpeace pediu que o governo brasileiro determinasse uma investigação nos portos tradicionalmente usados para a exportação do mogno, visando impedir o contrabando da espécie. Para justificar o pedido, a organização encaminhou às autoridades brasileiras documentos comprovando fraudes na exportação, evasão de divisas e falso testemunho. Ao mesmo tempo, a Procuradoria de Meio Ambiente da Espanha ordenou a abertura de um inquérito sobre a importação irregular de mogno brasileiro, depois de receber uma denúncia sobre o envolvimento de importadoras daquele país no contrabando da espécie. Cópias de uma carta e de duas notas fiscais clonadas foram enviadas pela exportadora de madeiras Adair Comercial Ltda., do Pará. Os documentos, obtidos pelo Greenpeace na Espanha, se referiam a um carregamento de mogno vendido como cedro para a empresa Comadex S.A., com sede na cidade espanhola de Toledo. O caso expôs a fragilidade do controle sobre o comércio internacional da espécie e demonstrou a necessidade de se estabelecer medidas mais rígidas de fiscalização tanto nos países exportadores quanto nos países importadores de mogno. Em novembro, depois de dez anos de luta do Greenpeace, o mogno foi finalmente incluído no Anexo II da Cites (Convenção da ONU sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas), durante reunião realizada em Santiago do Chile. O mogno já estava listado no Anexo III da Convenção, mas este mecanismo se mostrou ineficaz para regularizar o comércio internacional da espécie. O Anexo II garante o aumento do controle sobre as espécies exportadas – uma autoridade científica deve atestar que a exploração do mogno ocorreu sem prejuízo para a espécie, além de compartilhar a responsabilidade sobre a exploração sustentável entre países produtores e consumidores. Enquanto os delegados discutiam o futuro do mogno em Santiago, o Greenpeace realizou uma vigília diante do prédio do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. O objetivo era envolver a opinião pública no debate e pressionar o governo brasileiro a votar em favor do aumento da proteção à espécie. Infelizmente, a delegação brasileira protagonizou um papelão e votou contra a inclusão do mogno no Anexo II, contrariando a palavra do então presidente Fernando Henrique Cardoso e a posição do governo de transição do PT, que havia se manifestado favorável à mudança. Ainda assim, a inclusão do mogno foi aprovada por 68 votos a favor, 30 contra e 14 abstenções.

## MADEIRA ILEGAL

No dia 19 de setembro, cerca de 400 comunitários tradicionais da Amazônia Brasileira bloquearam o rio Jaurucu, no município de Porto de Moz (PA), para protestar contra a destruição da floresta e pedir a criação da reserva extrativista (Resex) “Verde Para Sempre”. Quatorze anos depois da morte do seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes, os manifestantes estenderam uma faixa com a mensagem “Chega de Destruição” e mais de 50 pequenos barcos bloquearam o rio de 100 metros de largura, principal via para o transporte de madeira ilegal na região. Porto de Moz é uma cidade localizada na foz do rio Xingu com o rio Amazonas. A região é rica em florestas de terra firme, igapós e várzeas. Também é lar para 22 mil pessoas que vivem em 125 comunidades. Deste total, 15 mil vivem na zona rural. O Greenpeace e outras organizações locais se uniram ao protesto para apoiar a luta das comunidades pela proteção de sua terra, frequentemente invadida por madeireiros. Acreditamos que as reservas extrativistas, assim como outras Unidades de Conservação, são um dos caminhos para garantir o uso sustentável dos recursos naturais aos habitantes da região. Duas balsas carregadas de madeira ilegal foram detidas durante os três dias de protesto, provocando uma reação violenta dos madeireiros locais. Os carregamentos de madeira pertenciam a empresas da família do prefeito de Porto de Moz, Gerson Campos (PSDB-PA). Uma multidão, incitada pelo prefeito da cidade, destruiu as fitas de reportagem de uma jornalista da Rede Record e agrediu ativistas do Greenpeace. Comunitários também foram vítimas da violência. O Greenpeace havia alertado as autoridades em Brasília sobre o clima tenso na região e pedido apoio policial durante a manifestação, porém não foi atendido. Sem proteção, o fim do protesto foi antecipado para evitar novos conflitos. A luta pela criação da Resex deve se intensificar em 2003.

Greenpeace



## CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Em abril, a campanha de proteção às florestas concentrou esforços na Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada na cidade de Haia, na Holanda. A principal iniciativa do Greenpeace foi o projeto Jovens pelas Florestas, que enviou crianças e adolescentes de 19 países para dar um recado aos ministros em Haia: “Salvem nossas florestas, salvem nosso futuro!”. No Brasil, o Greenpeace fez uma parceria com a ONG Aprendiz e levou dois representantes para participar da Convenção. Adriana Carvalho dos Santos, 18 anos, e Vítor Finotto Cores, 16, participaram de protestos e passeatas, con-

versaram com jornalistas e delegados da CDB pedindo prioridade à proteção das florestas antigas do planeta. Eles também criaram um site na internet sobre a Convenção ([www.greenpeace.org.br/salvaroudestruir](http://www.greenpeace.org.br/salvaroudestruir)). Enquanto isso, ativistas do Greenpeace realizaram um protesto na entrada da empresa Red Madeireiras Tropicais, no Paraná. A empresa possuía um estoque de 14 mil metros cúbicos de mogno. A organização revelou as ligações da madeireira com a máfia do mogno no Pará e também com o mercado externo, reforçando o recado aos governos reunidos na Holanda: as florestas antigas precisam de proteção AGORA!

## Engenharia Genética

Durante o último ano, o Greenpeace seguiu trabalhando para que o Brasil continue sendo um país livre de transgênicos. Para isso, foram desenvolvidas atividades em diversas frentes: ação, informação e mobilização dos consumidores; pressão sobre indústrias de alimentos, para que elas adotem medidas de controle para garantir produtos livres de transgênicos; e atuação junto ao Poder Público, para a elaboração e implementação de leis capazes de garantir a segurança ambiental e alimentar, e que o Brasil siga sendo o maior produtor de grãos não transgênicos do mundo.

### TESTES

Desde 2000, o Greenpeace vem realizando testes em produtos processados à venda no mercado brasileiro. No dia 15 de março, foram denunciados novos produtos contaminados com transgênicos. De doze testados, cinco apresentaram contaminação com a soja Roundup Ready: salsicha Carrefour, ração Bonzo Purina da Nestlé, Sopão Knorr, Sopão Maggi da Nestlé e chocolate Bis da Lacta. O Greenpeace denunciou-os à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a órgãos estaduais de vigilância sanitária e ao Procon. Após a denúncia, Carrefour e Knorr (Unilever) se comprometeram com a não utilização de OGMs em seus produtos. Em julho, denunciámos que os testes de transgênicos são falhos no Brasil. O laboratório brasileiro Transgênica Biotecnologia, de Belo Horizonte (MG), não detectou soja geneticamente modificada em teste de um produto da Perdigão, no qual os laboratórios Interlabor Belp Ag, da Suíça, e DNA Chips, de Hong Kong, apontaram 12% de soja Roundup Ready.

### GUIA

O “Guia do Consumidor – lista de produtos com ou sem transgênicos”, lançado em maio, tem o objetivo de servir como fonte de informação sobre o posicionamento das principais indústrias de alimentos, frente aos riscos que os transgênicos podem oferecer à saúde e ao meio ambiente. Mais de 500 produtos comercializados no mercado nacional estão nas listas verde e vermelha da publicação. Durante a Semana do Meio Ambiente, em junho, voluntários do Greenpeace distribuíram o guia em diferentes cidades do país.

### INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

Em 1º de agosto, o Greenpeace iniciou uma campanha pública contra a Perdigão. Com um protesto na sede da empresa em São Paulo, a entidade denunciou

a contaminação de soja transgênica em três produtos da marca. Depois do protesto, a Perdigão finalmente reconheceu que seus métodos de controle não estavam sendo rigorosos o suficiente, e decidiu introduzir novos mecanismos de controle. O Makro Atacadista também garantiu a ausência de derivados de organismos transgênicos nos produtos da marca ARO. Por outro lado, enquanto em países desenvolvidos a Nestlé já garantiu não utilizar OGMs na fabricação de seus produtos, no Brasil a empresa se recusa a fazer o mesmo. Já foram encontrados transgênicos em seis itens comercializados pela indústria no país. No Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, o Greenpeace e o Idec realizaram um protesto em frente à sede da ABIA (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos), em São Paulo. A entidade vem apoiando publicamente a liberação e o uso de transgênicos pelas indústrias de alimentos. Além de distribuir material informativo na ocasião, o Idec e o Greenpeace enviaram documentos ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, e aos presidentes José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva, questionando seu posicionamento com relação ao tema.



Greenpeace / A. Kishimoto

### MERCADO NÃO TRANSGÊNICO

“As vantagens da soja e do milho não transgênicos para o mercado brasileiro”, relatório publicado em junho pelo Greenpeace, demonstrou que o Brasil tem

uma grande oportunidade para capitalizar vantagens econômicas, por ser o único dos três maiores países produtores de soja que não liberou o plantio e a comercialização de transgênicos. O documento compila estatísticas e declarações de órgãos oficiais, analistas de mercado e grandes empresas de alimentação, assim como dados sobre a rejeição do mercado mundial em relação aos transgênicos. Em junho, o Greenpeace acompanhou uma delegação de empresas européias que vieram ao Brasil a fim de contatar fornecedores de soja não transgênica para o futuro, caso o país mude a política atual de não produzir transgênicos. A comitiva visitou políticos, agricultores, cooperativas, certificadoras e empresários brasileiros, no Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De junho a dezembro, o Greenpeace publicou mensalmente um boletim de mercado com as principais notícias sobre o comércio de não transgênicos, no Brasil e no mundo.

#### PROJETO DE LEI E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No Fórum Social Mundial foram feitas atividades que visavam a alertar os

consumidores para a votação do Projeto de Lei que defendia a liberação dos transgênicos. De autoria do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO), o PL seria votado em breve na Câmara Federal. Moura, relator da Comissão Especial sobre Alimentos Geneticamente Modificados, propunha a liberação dos transgênicos sem que todas as avaliações de risco para o meio ambiente e a saúde humana fossem realizadas. O PL foi aprovado na Comissão em 12 de março, quando representantes do Greenpeace e de outras entidades montaram um painel denunciando os parlamentares que foram favoráveis a ele. Dali, o PL passou a tramitar na plenária da Câmara dos Deputados. A proposta de resolução sobre Licenciamento Ambiental, depois de analisada por várias câmaras técnicas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), foi aprovada pela plenária do órgão em 12 de junho — disciplinando seus critérios e procedimentos, assim como os da exigência de EIA/RIMA. Como o Greenpeace e outros grupos ambientalistas estavam propondo há mais de dois anos, o licenciamento deverá ser exigido para todas as atividades com transgênicos no meio ambiente.

## Substâncias Tóxicas

As atividades da Campanha de Substâncias Tóxicas tiveram como temas principais os relatórios internacional e brasileiro sobre Crimes Ambientais Corporativos, a tragédia de Bhopal (Índia), que completa 19 anos em 2003, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

#### CRIMES CORPORATIVOS

Em junho de 2002, o Greenpeace publicou os relatórios nacional e internacional sobre Crimes Corporativos. A versão internacional teve a segunda edição lançada em agosto do mesmo ano, e apresenta 48 casos de contaminação tóxica ao redor do mundo. Destes, seis são brasileiros. O relatório “Crimes Ambientais Corporativos no Brasil”, por sua vez, trata de 17 casos ocorridos no país. Ambos os documentos apresentam os dez “Princípios de Responsabilidade Corporativa” ou “Princípios de Bhopal”, que determinam que as empresas protejam os direitos humanos, garantam a soberania alimentar e promovam um desenvolvimento limpo e sustentável. Os Princípios têm como base o desastre de Bhopal, ocorrido em 1984 na cidade indiana. Durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), o Greenpeace entregou ao presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, a nova versão do relatório internacional, destacando o caso de contaminação da Shell na cidade de Paulínia, em São Paulo. Os relatórios estão disponíveis no nosso *site*. Os responsáveis por crimes como os relatados no documento brasileiro devem ser punidos pelos danos causados ao meio ambiente e à saúde humana. O Greenpeace Brasil continuará sua luta para que esse objetivo seja alcançado.

#### BHOPAL

O Greenpeace, que integra a Campanha Internacional por Justiça em Bhopal, também protestou contra o descaso da multinacional Dow Química com o que é conhecido como o maior desastre químico da História. Por meio de ações públicas e aparições na mídia, a entidade manifestou seu apoio às mais de 150 mil vítimas do acidente de Bhopal. Em dezembro de 1984, mais de 40 tonela-



Greenpeace / R. Peterson

das de gases letais vazaram da fábrica de agrotóxicos da então Union Carbide Corporation (adquirida pela Dow em 2001). Uma das manifestações ocorreu em maio, na véspera de uma reunião de acionistas da Dow em São Paulo.

#### PNRS

O Greenpeace criticou mais uma vez a proposta da Câmara Federal para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cuja segunda versão foi apresentada em 2002 pelo relator da Comissão Especial de Resíduos Sólidos, deputado Emerson Kapaz (PPS-SP). Novamente, o plano colocou a incineração e o co-processamento em fornos de cimento (geração de energia utilizando restos de produção industrial) como os principais métodos para a redução de resíduos. Eles, no entanto, geram cinzas e gases tóxicos, já que a eficiência dos equipamentos nunca é de 100%. Seus custos também são altíssimos. Ao longo

de 2002, o Greenpeace participou de atividades e de articulações para que o texto do proposta banisse esse tipo de tecnologia. Assim como a primeira versão do documento, apresentada em agosto de 2001, ela não foi aprovada, apesar da pressão que a Casa sofreu. Como Kapaz não foi reeleito no pleito do ano passado, um novo relator deverá ser definido para apresentar outra proposta. O Greenpeace continuará sua luta para que a incineração e o co-processamento não sejam praticados no país.

### CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO

O Greenpeace reivindicou que o governo federal ratificasse a Convenção de Estocolmo antes da Rio +10, atuando em conjunto com a Associação de

Combate aos POPs (ACPO) e o deputado federal Luciano Zica (PT-SP). Embora a entidade tenha sido informada pelo chefe de gabinete do Ministério do Meio Ambiente, Joaquim Freire, de que o governo brasileiro pretendia ratificá-la antes do evento, não foi o que aconteceu. A Convenção de Estocolmo visa a eliminação dos poluentes orgânicos persistentes (POPs), e tem como alvos iniciais 12 compostos tóxicos, chamados de “os doze sujos” — incluindo dioxinas e furanos, tidos como as substâncias mais tóxicas já produzidas pelo homem. Os POPs, gerados por exemplo na fabricação de PVC ou de papel (que contenha cloro no seu processo produtivo), são substâncias tóxicas que se acumulam no ambiente e na cadeia alimentar ao longo de gerações.

## Outras Atividades

### CARNAVAL

Em São Paulo, a Império da Casa Verde contou a história do Greenpeace no Carnaval, com o samba-enredo “A Verde Guerrilha da paz”. No desfile, as alas “Florestas”, “Lixo” e “Testes nucleares”, entre outras, foram montadas com materiais recicláveis ou de uso sustentável. Em vez do PVC ou das penas de pavão, entraram na avenida a fibra de poliéster e os tecidos gliterizados. Ponto para o meio ambiente e a Império, que subiu, com a segunda colocação este ano, para o grupo Especial.

### ELEIÇÕES

Durante a campanha eleitoral, a partir de agosto, o Greenpeace enviou aos quatro principais candidatos à presidência da República uma série de perguntas relacionadas ao meio ambiente. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) deram o posicionamento de seu possível futuro governo a respeito do desmatamento na Amazônia e a liberação de produtos tóxicos, entre outros temas. Lula, o candidato eleito, respondeu afirmativamente à proibição da comercialização dos transgênicos, e não deu qualquer resposta sobre a realização de investimentos em energia nuclear. Hoje, vemos seu governo liberar o comércio da safra 2002/2003 de soja transgênica do Rio Grande do Sul, assim como acenar com a aprovação da construção da usina nuclear de Angra 3. O atual presidente foi o único a responder as questões dentro do prazo estabelecido. A maioria das respostas dos outros candidatos, além disso, não foi objetiva.

### RIO + 10

Em 5 de setembro, ativistas escalaram o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ), para protestar contra o fracasso da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), realizada em Joanesburgo (África do Sul) de 26 de agosto a 4 de setembro. O objetivo era questionar os governos sobre o rumo desastroso tomado no encontro, dependurando de um braço ao outro da estátua um *banner* com os dizeres “RIO + 10 = 2ª CHANCE?”. Na Rio +10, muito tempo foi gasto com temas sobre os quais já se havia acordado na Eco 92, e nenhuma discussão levou ao estabelecimento de prazos, metas e recursos. O maior ponto positivo de Joanesburgo foi a proposta de criação de um instrumento internacional que garanta a responsabilidade corporativa, que visa,

entre outras medidas, punir empresas responsáveis por crimes ambientais. A proposta do governo brasileiro que estabelecia que 10% da energia elétrica dos países fosse proveniente de fontes renováveis, embora louvável, não foi aprovada.

Greenpeace / M. Pena



### INTERNET

Assim como no mundo real, o Greenpeace também fez bastante barulho no mundo virtual, conquistando grandes vitórias. Desenvolvemos *sites* especiais sobre o 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Rio +10 e a Cites (Convenção da ONU sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas). O drama das vítimas de Bhopal e os carregamentos de plutônio circulando pelos oceanos do planeta também foram acompanhados de perto no ciberespaço. A internet foi uma importante aliada em outras vitórias de nossas campanhas. A pressão dos internautas foi fundamental para que a moratória do mogno fosse prorrogada mais uma vez, e para que cada vez mais empresas se comprometessem a adotar medidas de controle contra organismos transgênicos. Todo esse trabalho foi bem reconhecido. O *site* do Greenpeace foi Top 3 do prêmio iBest, na categoria Associações Profissionais — tanto na escolha do Júri Popular como na da Academia. Além disso, mais dois *banners* criados para a entidade pela AlmapBBDO foram finalistas no Festival de Publicidade de Cannes, na categoria Cyber Lions. A agência também recebeu prêmios no festival de propaganda One Show, em Nova York. Em uma votação promovida pelo IDG Now, um dos principais portais sobre internet e tecnologia no Brasil, ficamos em primeiro lugar na preferência dos internautas na categoria Ações Sociais.